

REA, Caterina; PARADIS, Clarisse Goulart; AMANCIO, Izzie Madalena Santos (orgs.). 2018. Traduzindo a África Queer. Salvador: Editora Devires. 146 pp.

ANDRÉ OMISILÊ JUSTINO

Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

andref.215@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe179712

Traduzindo a África *Queer* (2018) reúne um conjunto diverso de traduções realizadas pelo grupo Pós-Colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-hegemônicas (FEMPOS/UNILAB), e organizadas por Caterina Rea, Clarisse Goulart Paradis e Izzie Madalena Santos Amancio. O esforço de apresentar parte da coletânea original, o *Queer African Reader*, para o público brasileiro é louvável por diversas razões.

A primeira delas é tornar acessível, a um maior número de leitoras¹, um material essencial para se compreender a questão LGBTQI em África, permitindo que a obra circule em espaços ampliados de acesso ao conhecimento. A segunda razão é a de fortalecer o diálogo Sul-Sul, como afirmam as organizadoras em sua introdução à coletânea e cuja possibilidade é poderosamente ilustrada em alguns dos capítulos selecionados. A partir deste diálogo, o potencial pós-colonial e anti-imperialista das lutas LGBTQI pode ser melhor explorado, fortalecendo-se e rejeitando imposições de agendas pretensamente universais advindas do Norte Global. Uma terceira razão que vislumbro é a de apresentar um continente que ainda se debate com as questões e as ruínas de violentos processos coloniais e que busca compor novos caminhos a partir de fragmentos de um complexo caleidoscópico que brinca com passado, presente e futuro, com o imaginado e o material. Ao aprofundar o olhar sobre África e declarar a pluralidade interna do continente, as autoras selecionadas enriquecem e reafirmam a máxima de que, afinal, “África não é um só país”.

Algumas ressalvas devem ser feitas em relação ao escopo geográfico da obra original e que é reproduzido na tradução, já que há uma cobertura excessiva da África anglófona, mas

¹ Utilizo aqui o recurso do feminino englobante, ao contrário da estratégia utilizada pelas tradutoras de usar de linguagem inclusiva com uso do “x” para substituir a variação de gênero. Escolho este caminho para tornar a leitura mais acessível.

uma ausência da África lusófona e uma sub-representação da África francófona. A apresentação original, também presente na versão traduzida, dá conta de outras ausências, como a de contribuições da África do Norte e de militantes e/ou acadêmicas mais velhas, que poderiam proporcionar outras perspectivas geracionais da luta que não é recente no continente. Ademais, a qualidade da tradução por vezes deixa a desejar, carecendo de uma revisão mais cuidadosa, quem sabe para uma edição revista em um futuro próximo.

A coletânea, para a leitora interessada, é uma cornucópia de onde brotam múltiplas provocações, grandes joias e alimentos diversos para uma profunda reflexão acerca da questão *queer* em África. Aliás, o próprio conceito, *queer*, é posto de forma provocativa, como afirmam Sokari Ekine e Hakima Abbas (organizadoras da coletânea original) em sua apresentação “A proposta do *Queer African Reader*”. Da forma como é posto, o termo *queer*, embora fundamentado e enraizado nas epistemologias do Norte Global, é adotado na coletânea como uma saída, uma proposta abrangente das múltiplas identidades dissidentes ou que não estão em consonância com a heteronormatividade. De fato, *queer* não é uma categoria acionada por todas as autoras traduzidas neste volume, o que também encontra consonância no que Ekine e Abbas afirmam: atribuir liberdade para que cada autora acione seus próprios termos ou siglas é também uma forma de demonstrar a pluralidade interna ao continente africano.

Para além da introdução das organizadoras da tradução e da introdução à obra original, a coletânea traz ainda 10 textos de pessoas diversas. De textos acadêmicos a outros classificados como “militantes”, a tradução conta com uma seleção que abarca contextos específicos como o do Malawi e do Quênia, mas que também se propõem a discutir a questão *queer* sob uma ótica pan-africanista, descolonial ou pós-colonial.

Um dos objetivos mais potentes talvez seja o de desconstruir a ideia de uma África totalmente homofóbica, mostrando que a questão é de uma complexidade notável de norte a sul do continente. De um lado, Ekine e Abbas mostram como a homofobia exacerbada pode ser uma resposta governamental e social às pressões do Ocidente em sua imposição de agenda dos direitos humanos. Do outro lado, Sinbongile Ndashe (“A história única da homofobia africana é perigosa para o ativismo LGBTI”) afirma que nas tensões entre estruturas conservadoras e as pressões liberais dos movimentos internacionais (sediados no Norte) da causa LGBTI, quem sai perdendo são os movimentos locais que, em diferentes estágios de desenvolvimento, acabam sendo chamados para falar sobre e demandar causas que não encontram solo fértil em seus contextos sociais.

Tanto a expressão da identidade *queer* em África, quanto as demandas políticas e sociais dos seus movimentos devem responder aos contextos locais e serem entendidas assim. Se por um lado a homossexualidade é acusada por movimentos conservadores de ser uma importação que vem do Ocidente (como mostra Jessie Kabwila em “Olhando para além dos binarismos coloniais: desfazendo o discurso sobre a homossexualidade no Malawi”) e deve ser rejeitada enquanto outra faceta do colonialismo; por outro, a luta contra a homofobia não pode ter sua agenda pautada por movimentos do Norte pela mesma razão.

Combater as pulsões neo-imperialistas se torna mais uma tarefa dos movimentos *queer* que se organizam em África, como nos mostra também Lyn Ossome (“Discursos pós-coloniais do ativismo *queer* e de classe na África”).

Ainda segundo Ndashe, não é que a homofobia esteja ausente em África ou não seja tão grave quanto parece à primeira vista. Não, ela certamente paira sobre a vida de pessoas LGBTI no continente, mas é preciso entender que sua raiz não é única e a explicação não é simples. A própria identificação das pessoas LGBTI pode variar de um contexto para outro. Jessie Kabwila, por meio de uma análise da mídia malauiana, mostra que embora a homossexualidade seja perseguida no Malawi e este seja um assunto frequente, a travestilidade não é necessariamente atacada, e o fenômeno de *cross-dressing* é relativamente aceito, sendo inclusive uma estratégia de artistas para potencializar seu alcance no mercado da música, por exemplo. O que pode ser entendido como uma grande classe de pessoas, ao ser examinada de perto e sob outras óticas (neste caso, a da mídia) pode revelar ser um fenômeno muito mais complexo, com diversas vertentes internas.

Já Keguro Macharia (“O Quênia *Queer* na lei e na política”), falando a partir do contexto queniano, nos brinda com uma interessante análise de peças legislativas que dão conta de um intrigante fenômeno: a criminalização da homossexualidade, embora não esteja positivamente estabelecida pelas leis, está negativamente embutida nelas. Explico: segundo o autor, existe um esforço continuado no Quênia de se definir família enquanto uma estrutura heteronormativa, reproduzida e fundada nos laços biológicos de sangue. Esse trabalho constante foi vislumbrado nos processos de aprovação da Lei de Ofensas Sexuais em 2006, e posteriormente na Política Nacional de Cultura e Patrimônio, de 2009, e na revisão constitucional de 2010. Se no primeiro processo houve uma pressão para que os parlamentares aprovassem a lei pensando na proteção de suas famílias em relação às diversas formas de violência sexual, o segundo marca a família como sujeito das políticas culturais. O terceiro processo, por fim, traz a união heterossexual como única forma legítima de família. Assim, embora a homossexualidade não seja condenada no nível da lei, ela torna-se invisível, não falada, um “impensado” que ocupa o limitado lugar de contraponto à normalidade.

Invisível, “impensado” e isolado, aliás, são algumas das características do movimento *queer* em África, conforme é possível apreender da leitura da coletânea. Gathoni Blessol, por exemplo, em seu texto “Lutas LGBTI *Queer* como outras lutas em África”, mostra como o movimento é um dos mais isolados do continente, sendo atacado por fundamentalistas e tradicionalistas, ao mesmo tempo em que as identidades *queer* são questionadas por outros movimentos sociais como resultantes de influências ocidentais.

Buscar a solidariedade e construir alianças com outros movimentos de luta antirracistas, feministas, anti-imperialistas é a chave para fortalecer a luta *queer* no continente africano. Desse ponto de vista, Awino Okech (“Sobre sororidade e solidariedade: tornando *queer* os espaços feministas africanos”) ressoa com Blessol. Para Okech, aliar o movimento feminista à luta *queer* é uma importante saída para vários dilemas, dos quais destaco: 1) ao propor um real desafio e uma desconstrução à heteronormatividade enquanto

estrutura hegemônica, o movimento *queer* sugere um caminho inteiramente novo para as relações de gênero, buscando demover as estruturas hegemônicas de maneira radical; 2) sem essa aliança, as lutas feministas se arriscam a defender o direito de apenas algumas, subsumindo do movimento àquelas que se identificam dentro da miríade identitária *queer*.

A solidariedade não pode ser descartada em sua potência transformadora do social. A aliança entre os diversos movimentos de luta que se mobilizam para demover o Estado e as elites de suas posições hegemônicas é a saída para fortalecer posições que precisam encarar adversidades políticas dentro de seus territórios enquanto preveem e mantêm vigília contra as constantes investidas ocidentais. Destarte, um poderoso projeto surge na coletânea, onde múltiplos contextos sócio-históricos e identidades são mobilizadas para reforçar discursos e articular estratégias de luta e transformação social coerentes com o contexto africano.

Ndashe, por exemplo, menciona a estratégia de curto prazo de proteção de sujeitas homossexuais que se apoiam nas leis de privacidade no Malawi. Tecnicamente, essa lei impede que o Estado escrutine a vida dos indivíduos, o que reforça uma lógica de público *versus* privado, relegando as identidades homossexuais ao campo da casa, onde o Estado não pode entrar. Embora esta pareça uma estratégia arriscada, Macharia concorda com ela falando a partir do Quênia, demonstrando sua confiança de que o Estado deve sim legislar sobre a intimidade, tendo em vista que a alternativa, como mencionado acima, é a total ocultação de sujeitos não-heteronormativos do corpo de leis.

A coletânea nos brinda também com outros conjuntos de reflexões, como as de Bernadette Muthien (“Queerizando as fronteiras: uma perspectiva africana ativista”), que rompe as barreiras entre ativismo e academia, aliando teoria e prática como aquilo que deve estar conectado sempre. A autora advoga pela fluidez das categorias, em oposição à rigidez que restou dos decrépitos regimes coloniais. Assim, questionar o lugar do binarismo macho e fêmea, ou ainda a necessidade de se rotular práticas distintas da heterossexualidade a partir de uma lógica binária (onde a oposição é a homossexualidade) é fundamental para romper com o que a autora chama de “heteropatriarcado” e das violências que dele brotam. Romper com as fronteiras inclui também reforçar a interseccionalidade enquanto estratégia primeira de luta.

O brevíssimo ensaio de David Kato Kisule (“Um ensaio”), submetido um mês antes de seu assassinato (referido também no texto de Blessol), rende uma belíssima homenagem ao autor. No texto, David denuncia o acinte da lei anti-homossexualidade em Uganda, conclamando diversos setores a lutar para que tal prática antidemocrática seja barrada e denunciando ainda as inconsistências dos processos sociais que marginalizam a comunidade LGBTI no país, um jogo em que leis coloniais anti-sodomia e investidas de religiosos do Norte assumem protagonismo.

Em “Caster corre para mim”, Ola Osaze tensiona os limites e os entendimentos do que é ser uma mulher. A partir do caso da corredora Caster Semenya, que teve sua vitória questionada em uma competição em Berlim e acabou sendo submetida a testes que buscavam provar seu pertencimento ao gênero feminino, a autora se propõe a conversar com outras

mulheres que estão no campo da não-conformidade de gênero. O resultado do investimento é a denúncia do racismo atrelado às acusações feitas por outras competidoras (brancas) e a esperança de que o caso trouxesse visibilidade positiva à causa das pessoas não-conformes no continente.

Por fim, não se pode deixar de apontar a potência do Manifesto LGBTI africano, o oitavo capítulo da coletânea. Neste curto texto assinado por diversas pessoas, viver a complexidade e a pluralidade são demandadas enquanto direitos fundamentais. O direito de existir enquanto LGBTI em África deve incidir sobre todos os campos da vida social: economia, religião, legislação, parentesco, trabalho etc.

A complexidade da luta africana por direitos LGBTI invoca a figura do sankofa, o pássaro que voa para frente, olhando para trás. O desafio é lidar com o que restou das lutas de libertação, enquanto resgata evidências de que a homossexualidade (e outras performances não heterossexuais) sempre existiu em África, e busca construir alianças com outras lutas libertárias em uma perspectiva interseccional. Com esperança no futuro que o pássaro carrega no bico, a luta gesta uma possibilidade outra de existência para um continente que ecoa as mazelas do imperialismo, ressoando em conjunto com o restante do Sul Global.

sobre o autor

André Omisilê Justino

É doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília, onde também concluiu o mestrado em Antropologia e a graduação em Ciências Sociais. É pesquisador vinculado ao Laboratório de Etnologia em Contextos Africanos do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília - ECOA/DAN/UnB.

Recebido em: 07/12/2020

Aceito para publicação em: 22/12/2020